



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2013/SEMA/MT

PROCESSO N.º 488997/2013

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, neste ato representado por seu **PREGOEIRO**, nomeado pelo Ato n.º 13.143/2009, de 14/10/2009/SEMA, publicada no D.O.E. em 14/10/2009, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

O **Credenciamento** que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 14h00min as 14h30min do dia 05 de dezembro de 2013**, sendo sessão aberta neste mesmo dia às **14h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 03**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSO N.º. 488997/2013.

- 1.1** A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMA E CONserto DE BARCOS E MOTORES**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referência** e **Anexo VI – Termo de Referência n. 051/2013 e seus Anexos**, que fazem parte integrante deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. TERMO DE REFERÊNCIA

2.1 Foi elaborado pela Superintendência de Fiscalização o Termo de Referência nº. 51/2013, constante às fls. 01 a 05, do Processo nº. 488997/2013, o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

3.2 Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado.**

3.3 Após o lançamento das propostas, as mesmas serão submetidas à análise do corpo técnico, juntamente com o Contrato Social, e as empresas que apresentarem objeto social incompatível com o objeto da presente licitação serão desclassificadas em ato contínuo.

3.4 Poderão participar desta licitação as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 7.218/06.

3.4.1 Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

3.4.2 Em Sessão Pública para as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, a confirmação dar-se-á através do portal eletrônico da SAD/MT ou através da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

3.4.3 Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Cadastramento, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas.

3.4.4 As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a revalidação/atualização de documentos inerentes à documentação obrigatória, também no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento da proposta junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

3.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.5.1 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

3.5.2 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a administração pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, será facultado ao pregoeiro fazer diligência para verificação da suspensão ou inidoneidade.

3.5.3 Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.5.4. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.5.5. Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.5.6. Sociedades Cooperativas.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

4.2. Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o representante da licitante deverá estar munido de:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.2.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo: a) a respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta com a original ou documento equivalente e comprovado; e b) documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante o Pregão; e c) cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa acompanhado da última alteração, no qual nesta fase será procedida somente à análise do Contrato Social quanto aos poderes conferidos na respectiva Carta de Credenciamento ou Procuração, devendo ser analisada o Objeto Social somente na fase de apuração de propostas, após o lançamento das mesmas; e d) declaração que cumpre plenamente as exigências quanto a habilitação, conforme Anexo III, tais documentos deverão ser juntados ao processo licitatório**

4.2.2. Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão estar autenticados em cartório ou com documento original, para conferência “in locu”;

4.2.3. Só serão aceitas cópias legíveis.

4.2.4. Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

- a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;**
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.**

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

- a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;**
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.**

4.2.5. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II- Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda a cópia do documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa acompanhado da última alteração.

4.2.6. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente e cópia autenticada do contrato social ou estatuto da empresa ou ato de investidura que habilitem o representante ou cópia do contrato social ou estatuto acompanhado do original para conferência “in loco”, que deverão ser juntados ao processo licitatório**, ao qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo ser analisado nesta fase somente os poderes conferidos ao representante da empresa licitantes discriminado no Contrato Social.

4.3. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes 01 e 02, sendo opacos, lacrados e rubricados no fecho, e acompanhados da Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (**Anexo III**).

4.4. Os envelopes 01 e 02, tratados no subitem anterior, aos quais sejam envelope de proposta e habilitação.

4.5. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.6. É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de aquisição.

4.7. A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

4.8. As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente a Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

4.9. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

5.1. Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

- a) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.

5.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b) a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);
- c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem na alínea b do subitem 4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e) na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea a, b, c e d do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

6.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

6.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS POR LOTE ÚNICO.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

6.4. O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

6.5. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **Termo de Referência/modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

7.2. Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação:**

7.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

7.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.2.3. Uma única cotação, com preços unitários e totais por item e o valor global, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

7.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

7.5. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

7.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.8. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 14.4 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.9. O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e conseqüentemente classificará a empresa.

7.10. A sessão pública poderá ser suspensão, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

8.2. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor preço lote**, observado os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

8.3. Abertura dos envelopes de propostas de preços e cadastramento, independente de válida ou não, classificando a proposta de menor preço e devidamente adequada ao edital e todas aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

8.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 14.4 deste Edital.

8.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

8.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço global, aplicado sobre as tabelas SINFR/MT, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT ou documentos de habilitação, para empresas não cadastradas, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

8.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

8.13. Nas situações previstas nos subitens **8.9, 8.10 e 8.12**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

8.14. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

8.15. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

8.16. Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e conseqüentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

8.17. Os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” das licitantes remanescentes ficarão à disposição das licitantes na Sala de licitação e somente poderão ser retirados após 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora. Após 60 (sessenta) dias, caso não retirado, o Pregoeiro procederá à destruição dos envelopes, independentemente de comunicação prévia.

8.18. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.19. Havendo apenas uma proposta de preços no lote, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

8.20. Nesta fase será realizada a análise do objeto social descrito no Contrato Social das Empresas Licitantes em conjunto com as propostas de preços apresentadas pelas empresas, após o respectivo lançamento das referidas propostas, ao qual as empresas que não possuírem o objeto social compatível com este objeto da licitação serão desclassificadas em ato contínuo.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

- a)** Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.
- b)** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).
- c)** Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).
- d)** Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

e) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprovem desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, de serviços compatíveis, com o objeto desta licitação.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedores – CGF/MT.

9.2. As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

9.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada e, no caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- e) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;
- f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:
 - f.1.) o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - f.2.) Documento firmado pela licitante, constituindo seu representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- g) Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

9.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE E ME E EPP)

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprovem desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **de serviços compatíveis, com o objeto desta licitação.**

9.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

9.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm.
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.
 - d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.

g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br.

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DAS ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b) Certidão negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelos cartórios distribuidores da sede da pessoa jurídica, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA- FINANCEIRA DAS ME E EPP (ART. 7º, DEC. 635/07):

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;
- b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**Anexo IV**).
- b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).
- c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

9.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

9.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo. **Sendo que as petições deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçada a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via sedex, devidamente instruídas (razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem).** .

10.1.2. Não serão aceitas petições (pedido de esclarecimento e impugnação) encaminhadas por e-mail ou fax.

10.2. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.

10.3. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

10.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

10.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.1.1. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

11.1.2. Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via sedex;

11.1.3. As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem;

11.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.3. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

11.4. Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado item ou lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

11.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

11.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Coordenadoria de Aquisições e Contratos.

11.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12. DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

12.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

12.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova planilha de preços ofertados na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridos, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

12.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.4. A ADJUDICATÁRIA se obriga, nos termos deste Edital, a:

12.4.1. Comparecer no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho e proceder a Assinatura do Contrato, contados à partir do recebimento da convocação formal.

12.4.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

12.4.3. Iniciar os serviços solicitados através de requisição ou da ordem de fornecimento, onde, a Coordenadoria de fiscalização de Pesca ou a Superintendência de Fiscalização encaminhará a empresa vencedora, os barcos e motores para manutenção conforme demanda;

12.4.4. Zelar pela qualidade serviços prestados, conforme especificações contidas nos Campos 9 e 10 do Termo de Referência – Anexo VI.

12.4.5 Somente utilizar peças, materiais e acessórios novos, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens recondicionados, recuperados, do mercado paralelo, ou de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

outra procedência, como também não utilizar mão-de-obra de terceiros, SEM EXPRESSA E PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATANTE.

12.4.6. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do Contrato.

12.4.7. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

12.4.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

12.4.9 Restituir a SEMA, todas as peças / acessórios / demais materiais porventura substituídos.

12.4.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante a prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;

12.4.11. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4.12. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.4.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

12.4.14. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

12.4.15. O Contrato advindo do presente pregão somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.4.16. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de prestação do serviço adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital.

12.4.17. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;

12.4.18. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

12.4.19. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados a SEMA, sobre os serviços prestados;

12.4.20. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

12.4.21. Fornecer garantia do material permanente conforme definido neste edital.

12.4.22. Durante o prazo de vigência da garantia, a manutenção preventiva e corretiva será prestada pela Contratada, sem ônus para Contratante.

12.4.23. Os serviços de manutenção do objeto da licitação deverão ser prestados pela contratada através de recursos humanos e materiais próprios, sem ônus para a SEMA.

12.4.24. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

12.4.25. Aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da adjudicação.

12.4.26. Corrigir as irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, conforme relatório apresentado pelo Setor Demandante da SEMA.

12.4.27. Executar os serviços objeto da licitação, sendo que deverão ser fornecidos os serviços esperados conforme Especificação Técnica do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), devendo, obrigatoriamente, apresentar Nota Fiscal, que deverá estar acompanhada dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.4.28. Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

12.4.29. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho, a sessão será retomada e, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades dispostas no item 12 deste Edital.

12.4.30. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observado a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, no qual o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, não adjudicando em caso de imutabilidade de preço;

12.4.31. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida nas alíneas anteriores;

12.4.32. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e no Anexo VI – Termo de Referência nº. 051/2013 anexo ao presente Edital.

12.5 RECEPÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.5.1 O recibo do fornecimento de peças ou dos serviços executados pela Contratada deverá ser documentado por escrito, na própria Ordem de Serviço (orçamento), ficando em poder da Contratada para comprovação da entrega e habilitação ao pagamento.

12.5.2 O recebimento dos serviços pela CONTRATANTE não implica na sua aceitação definitiva. Dependerá da verificação da qualidade dos serviços executados pela contratada e serão inspecionados por servidor designado pela Contratante.

12.5.3 As Ordens de Serviços deverão conter, no mínimo, os seguintes campos:

a) Definição e especificação dos serviços a serem realizados;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- b) Campo indicando os problemas e os resultados esperados;
- c) Campo para inclusão da relação das peças a serem substituídas, constando nomenclatura, número da peça, quantidade e respectivos valores;
- d) Campo indicando de forma individualizada relação da mão-de-obra a ser empregada, com os respectivos valores;
- e) Tempo estimado de Execução dos Serviços;
- f) Cronograma de realização dos serviços; (estimativa de entrega);
- g) Custos da prestação do serviço, incluído substituição de peças;
- h) Campo de avaliação dos serviços;
- i) Campo contendo identificação dos responsáveis pela solicitação/autorização, pela avaliação da qualidade e pelo ateste dos serviços realizados.

12.5.4 – O recebimento do serviço será feito por servidor da contratante o qual deverá realizar um teste de funcionamento do motor de modo a verificar o correto funcionamento. Após, deverá certificar/atestar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

12.6. A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

12.6.1. Receber os serviços adjudicados, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.6.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.

12.6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências.

12.6.4. Efetuar pagamento o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega ou a execução dos serviços e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado por responsável do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.6.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6.7 Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;

12.6.8 Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

12.6.9 Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;

12.6.10 Fiscalizar o cumprimento às obrigações da contratada;

12.6.11 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos bens fornecidos, para imediata substituição;

12.6.12. Cabendo a Gerência de Formalização de Contratos acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciando os aditamentos e alterações quando provocado;

12.6.13. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos manterem sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento;

12.6.14. Exercer a fiscalização dos serviços ou o fornecimento dos produtos, por servidores designados.

12.6.15. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada quanto a prestação dos serviços de manutenção dos objetos previstos neste Edital;

12.6.16. Efetuar os pagamentos devidos, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo comprovante, de que a prestação dos serviços foi realizada a contento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.6.17. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos enviar ao setor demandante – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial do Estado, para fins de controle.

12.6.18. Pagar a importância correspondente aos serviços no prazo contratado.

12.6.19. Critérios para Controle dos Serviços:

12.6.20. A gestão e fiscalização da prestação dos serviços serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

12.6.21. Ao Gestor do Contrato competem analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

12.6.22. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:

- a) Acompanhar a execução, bem como o controle dos serviços.
- b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
- c) Notificar a contratada sobre situações irregulares.
- d) Fiscalizar a execução dos serviços, condizentes com a legislação pertinente.

12.7. O serviço será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

12.8. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente efetuará o pagamento em até 20º (vigésimo) dia útil, após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o serviço foi efetivamente prestado e é o mesmo do objeto deste Edital.

12.9. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

13.1. A execução do serviço objeto deste certame deverá iniciar em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

13.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

13.3. Serão pagos apenas os serviços efetivamente prestados comprovados por meio de atesto do setor demandante, ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota Bancária através do Banco do Brasil S/A, em nome do fornecedor, até o 20º (vigésimo) dia útil.

13.4. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante Ordem Bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007, após apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante.

13.5. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

13.5.1. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade de peças utilizadas na manutenção, incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, conforme disposição do item 10 do Termo de Referência;

13.5.2. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

13.5.3. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

13.6. A SEMA efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal.

13.7. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

13.8. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura com a efetiva prestação dos serviços objeto deste Edital de Pregão Presencial, devidamente atestados pelo Setor Demandante, acompanhada da Certidão de regularidade junto ao INSS e FGTS e Certidões Negativas da Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

13.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

13.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13.11. A Nota Fiscal deverá estar em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50.

13.12. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13.13. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

14.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e,

c) Declaração de inidoneidade conforme Anexo VI para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

14.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

14.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15. DA RESCISÃO.

15.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101.

Programa: 323.

Unidade Gestora: 02.

Projeto\ Atividade: 4319.

Região: 9900.

Medida: 01.

Tarefa: 01.

Natureza da despesa: 3.3.90.39.00

Fonte: 109



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16.2. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2.1. A anulação do procedimento induz a do contrato.

17.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei n.º 8.666/93.

17.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 14.4 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

17.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

17.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado via Protocolo da SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

17.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

17.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

17.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

17.16. São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta / Termo de Referência.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:
 - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
 - Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.
 - Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).
- e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.
- f) Anexo VI – Termo de Referência 051/2013 elaborado pelo setor demandante – Coordenadoria de Fiscalização de Pesca da SEMA.
- g) Anexo VII - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

Cuiabá, 21 de novembro de 2013.

Jefferson Lopes de Souza
Pregoeiro Oficial SEMA/MT – Ato nº. 13.143/2009 - SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto Executivo do Núcleo Sistêmico Ambiental
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão n. ° _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MOTOR DE POPA, DA MARCA YAMAHA DE 25 HP, MOTOR DE DOIS TEMPOS. INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS E/OU DESGASTADAS POR NOVAS, TAIS COMO: CILINDRO, PISTÃO, VELAS, JOGO JUNTAS, RABETA, ENGRENAGEM DA RABETA, ÓLEO, PUNHO, VOLANTE. GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS DA CONTRATADA. UNIDADE.	1		
2	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MOTOR DE POPA, DA MARCA YAMAHA DE 40 HP, MOTOR DE DOIS TEMPOS. INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS E/OU DESGASTADAS POR NOVAS, TAIS COMO: CILINDRO, PISTÃO, VELAS, JOGO, JUNTAS, RABETA, ENGRENAGEM, MARCHA RÉ, ENGRENAGEM DE RABETA, ÓLEO, PUNHO, VOLANTE. GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS DA CONTRATADA. UNIDADE.	1		
3	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MOTOR DE POPA, DA MARCA MERCURY DE 40 HP, MOTOR DE DOIS TEMPOS. INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS E/OU DESGASTADAS POR NOVAS, TAIS COMO: CILINDRO, PISTÃO, VELAS, JOGO JUNTAS, RABETA, ENGRENAGEM	1		



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	MARCHA RÉ, ENGRENAGEM DE RABETA, ÓLEO, PUNHO, VOLANTE. GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS DA CONTRATADA. UNIDADE.			
4	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO EM BARCOS DE ALUMÍNIO 6 METROS E DE 8 METROS, COM RETIRADA DE VAZAMENTOS, CONserto DOS ARREBITES, JATO DE AREIA, BATE PEDRA, COLOCAÇÃO DE TAPETA EMBORRACHAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS DA CONTRATADA. UNIDADE.	4		
VALOR TOTAL DA AQUISIÇÃO				

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 014/2013/SEMA/MT.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no item 3.3. do Edital de Pregão n.º 014/2013/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 014/2013 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N.º _____, sediada na Rua _____, n.º _____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 014/2013/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA- ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

(papel timbrado da empresa)

Ref: Edital de Pregão Presencial N°. 014/2013 – SEMA/MT.

Para fins de participação na licitação na modalidade de Pregão Presencial n°. 014/2013, a (o) (nome completo do proponente), CNPJ, sediada na (Endereço Completo), declara sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar n°. 123, de 14.06.2006.

Local e data.

Nome e identificação do declarante

OBS: A presente declaração deverá ser assinada por representante legal do proponente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII

1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 51/2013

2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 1 2.5- Tarefa: 1	3- Classificação da Despesa: () Materiais Permanentes () Materiais de Consumo ou Expediente (X) Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física	
4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Superintendência de Fiscalização	5- Unidade Solicitante/Recebedora: Coordenadoria de Fiscalização de Pesca	6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: Julio Marcio Reinnors – Substituto – Maurílio Carlos de Sá Costa

7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor.

Projeto/Atividade	Fonte	Elemento e Sub-Elemento de Despesas	Valor (R\$)
Exercício 2013			
4319/9900	109	33903900	
Exercício 2014			
4319/9900	109	33903900	
Custo Total Estimado 2013			

8- Objeto Sintético:

Contratação de empresa especializada em reforma e conserto de barcos e motores.

9- Planilha Descritiva do Objeto

9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE
01	Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Yamaha de 25 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro,		SEMA	01			4319



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
 SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
 COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade						
02	Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Yamaha de 40 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro, pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade		SEMA	01			4319
03	Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Mercury de 40 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro, pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade		SEMA	01			4319
04	Serviço especializado em manutenção em barcos de alumínio 6 metros e de 8 metros, com retirada de vazamentos, conserto dos arrebites, jato de areia, bate pedra, colocação de tapete emborrachado. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade		SEMA	04			4319
VALOR TOTAL							19.200,00

9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	CODIGO SIAG	LOCAL DE ENTREGA	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	PROJETO DE ATIVIDADE



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

	VALOR TOTAL
<p>10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço: Serviço de conserto em barcos de 6 e 8 metros e motores de 25, 40, HP's, marcas Yamaha, e Mercury da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.</p> <p>1-Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Yamaha de 25 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro, pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade</p> <p>2-Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Yamaha de 40 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro, pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade</p> <p>3-Serviço especializado em manutenção de motor de popa, da marca Mercury de 40 HP, motor de dois tempos. Incluindo substituição de peças danificadas e/ou desgastadas por novas, tais como: cilindro, pistão, velas, jogo juntas, rabeta, engrenagem marcha ré, engrenagem da rabeta, óleo, punho, volante. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade</p> <p>4-Serviço especializado em manutenção em barcos de alumínio 6 metros e de 8 metros, com retirada de vazamentos, conserto dos arrebites, jato de areia, bate pedra, colocação de tapete emborrachado. Garantia mínima de 90 dias da contratada. Unidade</p>	
<p>10.1- Do Cadastro da Especificação: Cadastrado na SAD (x) não. Obs.: A aquisição atende as necessidades essenciais de fiscalização de pesca desta Secretaria.</p>	
<p>11- Justificativa Técnica da aquisição: Considerando que nas atribuições da Secretaria de Estado de Meio Ambiente consta à responsabilidade de coordenar, controlar e supervisionar as atividades de fiscalização preventiva e corretiva nos vários segmentos referentes aos recursos hídricos, particularmente naqueles pertinentes a implementação de planos e projetos, na liberação de Licenças Prévia de instalação e operação para todos os empreendimentos que fizerem uso dos mencionados recursos, bem como na supervisão das atividades de pesca. Faz-se necessário prover de estrutura compatível às unidades e os profissionais responsáveis por tais atividades, notadamente na principal ferramenta de trabalho utilizada, tornando imprescindível à realização de Registro de Preços para a manutenção de barcos e motores.</p>	
<p>12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos: Esta aquisição visa o não comprometimento de nossas atividades que já se encontram em plena execução, bem como as que já se encontram planejadas para serem executadas no decorrer do ano.</p>	
<p>13 – Público/ Clientela Alvo: Em atendimento a SUF – Superintendência de Fiscalização/Coordenadoria de Fiscalização de Pesca.</p>	
<p>14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço: 14.1- Tipo de Entrega () Imediata (x) Sob demanda () Mensal 14.2- Periodicidade da entrega:</p>	



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

14.3- Previsão de desembolso financeiro:

Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro		
Execução da despesa	Desembolso financeiro	Valor (R\$)
Exercício 2013		
Novembro 2013	Dezembro 2013	
Exercício 2014		
Janeiro	Fevereiro	
Fevereiro	Março	
Março	Abril	
Abril	Maio	
Maio	Junho	
Junho	Julho	
Julho	Agosto	
Agosto	Setembro	
Setembro	Outubro	
Outubro	Novembro	
Novembro	Dezembro	
Dezembro	Janeiro	
TOTAL		

15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:

A Coordenadoria de fiscalização de Pesca encaminhará a empresa licitante vencedora os barcos e motores para manutenção.

Coordenadoria de Fiscalização de Pesca/Superintendência de Fiscalização

Julio Marcio Reinnners – 3613-7394

Maurílio Carlos de Sá Costa – 3613-7360

16- Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado após a nota fiscal estar devidamente atestada pela gerência de serviços gerais e acompanhada de regularidade fiscal, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

17- Requisitos para Apresentação da Proposta:

17.1- Conhecimento Prévio

Não se aplica

17.2- Perfil do Profissional

Não se aplica

17.3- Perfil da Empresa

A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório);

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

Não se aplica

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

Não se aplica

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

Não se aplica

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Não se aplica 17.4.2- Descrição do Projeto Não se aplica 17.4.3- Gerencia das atividades Não se aplica 17.5- Responsabilidades das partes 17.5.1- Da Contratante 17.5.2- Da Contratada
18- Das Garantias: A garantia mínima para os itens deste termo, não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias, com assistência técnica em oficina autorizada.
19 – Das Sanções Administrativas: De acordo com a Legislação Vigente.
20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:
21 – Considerações (se houver):

Cuiabá, 26 de junho de 2013.

<div>Maurílio Carlos de Sá Costa</div> <div>Responsável pela elaboração do TR</div>	<div>Maurílio Carlos de Sá Costa</div> <div>Responsável pela Especificação Técnica</div>



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Gerente da unidade		Coordenadoria/Superintendência							
Atestamos:		Atestamos:							
<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro						
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro						
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário								
Técnico CPLAN									
Gerente de Execução Orçamentária									
Coordenador de Planejamento		Coordenadora Financeira							
<table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não autorizado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Aguarde</td></tr></table>				<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	<input type="checkbox"/>	Não autorizado	<input type="checkbox"/>	Aguarde
<input type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.								
<input type="checkbox"/>	Não autorizado								
<input type="checkbox"/>	Aguarde								
Ordenador de Despesa									
TR ELABORADO POR: Maurílio Carlos de Sá Costa		UNIDADE: CAL	RAMAL: 37360						